

# A PRESCRIÇÃO E A DECADÊNCIA NOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

Daniel Machado da Rocha

Juiz Federal da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.  
Doutor e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).  
Professor Coordenador da disciplina de Direito Previdenciário da Escola Superior da Magistratura Federal do Rio Grande do Sul (ESMAFE/RS).

**RESUMO:** O presente trabalho busca examinar o instituto introduzido no *caput* do art. 103 da Lei nº 8.213/91 pela nona reedição da MP nº 1.523, de 27 de junho de 1997. Demonstra, pela análise do tratamento legislativo e jurisprudencial que o fenômeno da inércia do segurado vem recebendo, que a imprescritibilidade do fundo de direito em matéria previdenciária é regra tradicional. Crítica interpretações que efetuam uma ponderação demasiadamente reducionista, considerando o art. 103, *caput*, como sendo uma mônada isolada independente de todo um contexto jurídico e social preexistente. Sustenta que não é possível conferir uma interpretação extensiva ao enunciado normativo em foco. Apoiado nos princípios específicos que delimitam os contornos do Direito Previdenciário, rejeita a possibilidade de invocar o *caput* do art. 103 da Lei nº 8.213/91 para obstar o exame das ações que: a) buscam a concessão de benefícios previdenciários e de assistência social; b) postulam a inclusão ou modificação da qualificação do tempo de serviço; e c) as que pleiteiam a desaposentação.

**SUMÁRIO:** 1 Introdução – 2 Direitos potestativos e direitos a uma prestação – 3 Prescrição no direito previdenciário; 3.1 Impedimento e suspensão da prescrição; 3.2 Interrupção da prescrição; 3.3 Termo inicial da prescrição; 3.4 Momento para alegação da prescrição e decretação de ofício – 4 A decadência no direito previdenciário; 4.1 Interrupção e suspensão do prazo de decadência; 4.2 A impossibilidade de aplicação do prazo de decadência para as hipóteses de indeferimento dos pedidos de benefício previdenciário; 4.3 A decadência e os períodos de tempo de serviço não examinados pela administração; 4.4 Decadência e desaposentação – Considerações finais – Referências das obras citadas.

## 1 INTRODUÇÃO

A importância do tempo é reconhecida desde a Antiguidade, pois tempo e espaço são conceitos que auxiliam o homem a compreender

sua própria existência. O espaço, para o indivíduo, por ser um conceito mais objetivo, comportando dimensões mensuráveis é reconhecido e assimilado mais facilmente. O tempo, contudo, não pode ser definido com a mesma tranquilidade. Na memorável lição de Mircea Eliade, a humanidade tem idealizado o tempo de duas maneiras diferentes, partindo da imagem que o homem tem de si mesmo, e uma particular concepção de seus mitos e de sua religiosidade. Para os povos antigos, cuja concepção de mundo era plasmada pela influência das religiões arcaicas, o mundo histórico e as civilizações construídas pelo homem seriam ilusórios e efêmeros. O tempo real seria determinado pela revolução das esferas celestes, integrando ciclos cósmicos de criação e destruição, que se repetem eternamente. Na segunda perspectiva, própria da civilização judaico-cristã, o mundo foi criado somente uma vez e haverá um único juízo final. O tempo transcorre de maneira linear, não havendo espaço para renovação cósmica ou sucessão de dinastia de deuses<sup>1</sup>.

Afetando toda a existência humana, obviamente que o tempo também não poderia deixar de ser importante para o direito. Em suma, o tempo é reconhecido como peça fundamental na engrenagem do direito porque o ordenamento jurídico pode lhe atribuir papel efetivo na configuração de relações jurídicas. Também no Direito Previdenciário ele pode ser essencial para a gênese, modificação, ou perecimento de relações jurídicas previdenciárias. Exemplificativamente, o transcurso do tempo pode ser fundamental para a verificação do direito a um benefício de auxílio-doença, quando a incapacidade afeta um trabalhador que deixou de verter contribuições previdenciárias (período de graça regulado pelo art. 15 da LBPS). Em outra situação, o momento no qual a atividade foi desempenhada será essencial para o deferimento de aposentadoria rural por idade não contributiva, pois a lei exige que o período de atividade seja imediatamente anterior ao requerimento do benefício (art. 143 da LBPS).

No presente artigo, serão tecidas considerações sobre a decadência do direito de revisar a renda mensal inicial. O particular instituto é examinado na perspectiva singular do Direito Previdenciário. Ao final,

---

<sup>1</sup> ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 38 e seguintes.

sustentar-se-á que não é possível conferir uma interpretação extensiva ao enunciado normativo em foco.

## 2 DIREITOS POTESTATIVOS E DIREITOS A UMA PRESTAÇÃO

Os institutos da prescrição e da decadência exprimem uma preocupação com a preservação e a estabilidade das situações jurídicas em prol da harmonia social. Por mais relevante que seja o ideal de dar a cada um o que é seu legitimamente, o titular de um direito não pode dispor de um poder eterno de submeter o devedor ao cumprimento de determinada obrigação. Apenas de maneira excepcional o ordenamento jurídico consagra direitos imprescritíveis.

Malgrado ainda grasse expressiva controvérsia sobre a distinção entre os institutos da prescrição e da decadência, a partir das contribuições de Câmara Leal<sup>2</sup> e de Agnelo Amorim, a fronteira entre eles restou delineada de maneira mais nítida. Dentro de um arquétipo baseado na estrutura da relação jurídica do direito civil – que considera sua estrutura e função – em síntese, os autores fundamentam a diferença da prescrição e da decadência a partir da classificação dos direitos subjetivos. Direito subjetivo pode ser entendido, na lição de Francisco Amaral, como o “poder que a ordem jurídica confere a alguém de agir e de exigir de outrem determinado comportamento”<sup>3</sup>.

Dentro dos direitos subjetivos, consoante a classificação de Chiovenda, os direitos a uma prestação (positiva ou negativa) colimam obter de um sujeito passivo a realização de um determinado comportamento. Como exemplos, poderiam ser enquadradas as numerosas classes de direitos reais e pessoais. No momento em que o devedor deixa de realizar a conduta exigível, e sua omissão causa lesão ao titular do direito, surge a pretensão. A pretensão poderia ser entendida como um poder de exigir de outrem uma ação ou omissão e, segundo Francisco Amaral, o conceito

<sup>2</sup> LEAL, Antonio Luis da Câmara, *Da prescrição e da decadência*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

<sup>3</sup> AMARAL, Francisco. *Direito Civil*: introdução. 5 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 187.

revelar-se-ia útil para distinguir os direitos subjetivos dos potestativos. Se os direitos potestativos não podem ser lesados, seus titulares não teriam pretensão, como ocorre nos direitos subjetivos<sup>4</sup>.

Já o direito potestativo é o poder que o agente tem de afetar a esfera jurídica de outrem, promovendo a constituição, modificação ou extinção de uma situação subjetiva. Eles são chamados de direitos potestativos (Itália), conformativos (Alemanha) e constitutivos, na terminologia usada pelos espanhóis<sup>5</sup>. Como inexistente dever de conduta por parte do sujeito passivo, não pode haver descumprimento e, em decorrência, não há pretensão<sup>6</sup>. Exemplos de direitos potestativos seriam: a) o poder que tem o cônjuge de promover o divórcio; b) o do patrão dispensar o empregado, pagando as verbas rescisórias (salvo situações excepcionais, como a prevista no art. 118 da LBPS); c) o do mandante revogar a procuração; d) o poder que tem o sócio de promover a dissolução da sociedade civil<sup>7</sup>. Forte na imperiosa correlação entre o nascimento da pretensão e o início do prazo prescricional, Agnelo Amorim conclui que apenas os “direitos a uma prestação”, conduziram a prescrição. De outro lado, os direitos potestativos, destituídos de pretensão, não poderiam ser afetados por prazos prescricionais. O substancial estudo legou aos operadores do direito critérios valiosos para identificar as ações sujeitas a prescrição e à decadência:

<sup>4</sup> AMARAL, *op. cit.*, p. 576.

<sup>5</sup> AMARAL, 2003, p. 187.

<sup>6</sup> AMARAL, *op. cit.*, p. 576.

<sup>7</sup> No artigo citado, Agnelo Amorim classifica os direitos potestativos em três categorias: a) aqueles que podem ser exercidos, primariamente, mediante a manifestação da vontade do titular, prescindindo do apelo às vias judiciais; b) os que podem ser efetivados pela declaração de vontade do titular, mas que dependem da concordância daquele que sofre a sujeição quanto a forma de exercício (ex.: o direito que tem o condômino de dividir a coisa comum ou o direito que tem o vendedor de resgatar o imóvel vendido com cláusula de retrovenda); e c) os direitos potestativos que reclamam o ajuizamento de uma ação, mesmo quando todos os interessados, inclusive aqueles que sofrem a sujeição, estão de acordo (ex.: o direito que tem o filho de pleitear o reconhecimento de sua paternidade, quando o pai não efetuou o reconhecimento voluntariamente ou o direito que têm determinadas pessoas de requererem a interdição de outras). (AMORIM FILHO, Agnelo. *Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis*. Revista Forense, Rio de Janeiro, n. 193, 1961, p. 32 a 34).

1ª) - Estão sujeitas à prescrição (indiretamente, isto é, em virtude da prescrição da pretensão a que correspondem): - todas as ações condenatórias, e somente elas;

2ª) - Estão sujeitas à decadência (indiretamente, isto é, em virtude da decadência do direito potestativo a que correspondem): - as ações constitutivas que têm prazo especial de exercício fixado em lei;

3ª) - São perpétuas (imprescritíveis): - a) as ações constitutivas que não têm prazo especial de exercício fixado em lei; e b) todas as ações declaratórias<sup>8</sup>.

Há situações nas quais, em um mesmo processo, podem ser miscigenadas ações nas quais, para o exercício de um direito prestacional será imprescindível o reconhecimento de um direito potestativo. Assim, se a ação material for híbrida, de natureza constitutivo-condenatória, o prazo será decadencial. Nesse sentido, o magistério de Cesar Fiuza:

Bem, se num mesmo processo se misturarem ação constitutiva e condenatória, o prazo será decadencial. Esse é o caso da ação do comprador para resolver o contrato, em virtude de defeitos ocultos que a coisa venha a apresentar. A princípio, a ação tem por objetivo modificar situação jurídica, ou seja, resolver o contrato de compra e venda, sendo, pois, constitutiva. Num segundo momento, porém, terá caráter condenatório, de vez que o vendedor será condenado a restituir o preço recebido. Dessa forma, o prazo de um ano, assinalado no art. 445 do Código Civil Brasileiro (CCB), é de decadência<sup>9</sup>.

### 3 PRESCRIÇÃO NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Com o escopo de preservar-se a estabilidade das situações jurídicas, o normal é que sejam estabelecidos prazos para o exercício dos direitos patrimoniais. Consoante relata Russomano, a Lei Orgânica da Previdência Social de 1960 seguiu de perto a orientação do Decreto-Lei nº 7.526/45, que era aplicável a todos os institutos então existentes, promovendo uma ampliação do prazo de um ano para cinco anos<sup>10</sup>. Por sua vez, o art. 57 da

<sup>8</sup> AMORIM FILHO, *op. cit.*, p. 49.

<sup>9</sup> FIUZA, César. *Direito civil: curso completo*. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p.157.

<sup>10</sup> RUSSOMANO, Mozart Victor. *Comentários à lei orgânica da previdência social*. Rio de Janeiro: José Konfino, 1967, p. 301.

LOPS dispunha: “Não prescreverá o direito ao benefício, mas prescreverão as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas”. Posteriormente, a regra figurou no art. 109 da CLPS/76 e, depois, no art. 98 da CLPS/84. A valoração efetuada pelo legislador conferiu um temperamento próprio dos direitos indisponíveis, tendo em conta a finalidade alimentar destas prestações. Admite-se apenas a impossibilidade de obtenção das prestações não reclamadas dentro de certo tempo que vão, uma a uma, prescrevendo em face da inércia do titular do direito. Não há, nem pode haver, prescrição de fundo de direito quanto ao benefício previdenciário não reclamado, o qual se constitui em direito fundamental<sup>11</sup>.

A imprescritibilidade do fundo de direito em matéria previdenciária é regra tradicional. Bem por isso, se o segurado vier a perder esta qualidade após o preenchimento de todos os requisitos necessários para a concessão de aposentadoria ou pensão, isto não afetará o seu direito ou o de seus dependentes de obterem o benefício respectivo, de acordo com as regras vigentes à época em que as exigências foram atendidas, como já visto (LBPS, art. 102, § 1º).

<sup>11</sup> Sobre este aspecto, cite-se a doutrina de Orione: “Na verdade, ele não leva à conclusão da extinção do benefício, ou sua prescrição e decadência, como preferem alguns. A mim ele não sugere isso, embora muitos, inadvertidamente, entendessem dessa forma. No entanto, se essa for a forma entendida, ela não poderia ser convalidada, por um motivo muito simples: benefícios previdenciários (uma pensão ou aposentadoria, v.g.) estão ligados ao próprio direito à vida e são direitos sociais que compõem o conceito de previdência, ou seja, o direito fundamental previdenciário. Então, obviamente, seja porque estão ligados a um direito fundamental individual, seja porque estão ligados a um direito fundamental social, esses benefícios jamais poderiam ser atingidos na sua essência, deixando de existir por ausência de seu exercício por um decurso de prazo. O máximo que se admitiria, e ainda com reservas enormes, é a prescrição de parcelas, porque, na verdade, não se pode atingir a essência de direitos fundamentais por decurso de prazo. Aliás, como é de todos conhecido, os direitos humanos são imprescritíveis. Obviamente que o direito à pensão, o direito à aposentadoria, enquanto componentes do direito fundamental previdenciário, jamais poderiam ser atingidos na sua essência, havendo imprescritibilidade.” (CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. A interpretação do direito da segurança social. In: ROCHA, Daniel Machado; SAVARIS, José Antonio (Coords.). *Curso de Especialização em Direito Previdenciário*. v. 1. Curitiba, Juruá, 2006, p. 265-266).

O que é suscetível de sofrer os efeitos da prescrição é, tão-somente, a ação que ampara a cobrança das parcelas vencidas não honradas na época própria ou cujos valores tenham sido inferiores ao devido, não exercida dentro do lapso temporal consignado na regra de direito material.

### *3.1 Impedimento e suspensão da prescrição*

As causas que podem impedir ou suspender o curso da prescrição, em princípio, devem estar expressamente previstas em lei, fixadas com base na impossibilidade do titular do direito agir. Fala-se em impedimento da prescrição, quando se cogita de fato que não permite o início do prazo prescricional. A suspensão, por seu turno, consistiria em situação que ocorre após o início do curso prescricional, detendo temporariamente a sua evolução. Entretanto, a suspensão não apaga o período já transcorrido e, após o recomeço, será aproveitado o tempo decorrido. Em matéria de demandas previdenciárias, vem sendo considerado aplicável a situação prevista no art. 4º do Decreto nº 20.910/32: “Não corre a prescrição durante a demora que, no estudo, no reconhecimento ou no pagamento da dívida, considerada ilíquida, tiverem as repartições ou funcionários encarregados de estudar e apurá-la”<sup>12</sup>. Recentemente, a TNU aprovou a Súmula nº 74: “O prazo de prescrição fica suspenso pela formulação de requerimento administrativo e volta a correr pelo saldo remanescente após a ciência da decisão administrativa final.”

De início, cabe destacar que a solução resultante da aplicação do enunciado normativo citado para as demandas previdenciárias é compatível com o sentimento de justiça da comunidade jurídica. Evidentemente, havendo pedido de revisão, o segurado não pode ser penalizado pela demora da Administração em apreciar o seu pleito. Recorde-se que idêntico raciocínio foi desenvolvido pelo STJ quando editou a Súmula nº 229<sup>13</sup>. Na ocasião, reconheceu-se que malgrado a reclamação administrativa não fosse causa suspensiva do negócio jurídico e nem causa interruptiva, pois não estava prevista no artigo 172 do Código Civil vigente, deveria

<sup>12</sup> TRF4, AC 95.04.57766-0, Cláudia Cristofani (Conv.), 5ª T., u., 4.6.98.

<sup>13</sup> Súmula nº 229 do STJ - “O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão.”

ser atribuído o efeito suspensivo do prazo prescricional. Caso contrário, o segurado de boa-fé poderia ser penalizado por manobra procrastinatória do segurador. Em matéria previdenciária, não podemos esquecer dos deveres que o art. 37 da CF/88 impõe à Administração Pública em geral. Por isso, não se pode compactuar com uma atuação caprichosa do INSS, com o escopo de retardar a apreciação de requerimentos dos segurados e, ao final, lograr qualquer benefício dessa atuação.

Assim, considerando que o Decreto nº 20.910/32 consagra um tratamento muito particular para a prescrição vista do ângulo de direitos contra a Administração – inclusive recebendo a denominação de prescrição administrativa – não vemos a aplicação de qualquer preceito do Decreto nº 20.910/32 como uma questão singela, em face da autonomia do Direito Previdenciário.

O preceito contido no art. 79 da Lei nº 8.213/91 impedia o curso dos prazos de prescrição para pensionista menor, incapaz ou ausente. Como é cediço, a suspensão da prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível. Dessa forma, o benefício previdenciário devido para vários titulares, tendo em vista a divisibilidade do benefício em cotas, em face do enunciado normativo do art. 77 da LBPS, entende-se que apenas as cotas devidas aos incapazes seriam preservadas dos efeitos da prescrição.

### *3.2 Interrupção da prescrição*

A prescrição é lastreada na falta de atividade do titular do direito lesado para a obtenção daquilo que seria devido. A inércia acarreta a perda da possibilidade de reclamar com eficácia o direito ofendido. Na legislação previdenciária, não há disciplina específica que trate da interrupção da prescrição. Por sua vez, o Código Civil, estabelece que a interrupção da prescrição só poderá ocorrer uma vez, nas seguintes hipóteses, arroladas no art. 202:

I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;

II - por protesto, nas condições do inciso antecedente;



- III - por protesto cambial;
- IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;
- V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

No campo das ações previdenciárias, as hipóteses que ocorrem na prática, são o reconhecimento de direitos por parte do INSS e a citação válida em demandas previdenciárias (art. 202, I e VI, do CC, e art. 219 do CPC).

Como exemplo de reconhecimento do direito pelo INSS, a jurisprudência consolidou o entendimento de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15.04.2010, constituiu-se em um marco interruptivo do prazo prescricional para a revisão dos benefícios com base no inciso II do artigo 29 da LBPS. Dessa forma, a interrupção garantiu o recebimento das parcelas anteriores a cinco anos da publicação do normativo para pedidos que ingressarem administrativa ou judicialmente em até cinco anos após a mesma data, uma vez que houve reconhecimento administrativo do direito<sup>14</sup>.

Uma vez interrompida a prescrição, todo o tempo transcorrido é desconsiderado, reiniciando o seu curso a contar da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper (parágrafo único do art. 202 do CC). Em geral, entende-se que, por tratar-se de demandas dirigidas contra a Administração Pública, seria aplicável o disposto no art. 9º do Decreto nº 20.910/32, razão pela qual, a interrupção provocaria, após o retorno do curso, a devolução de apenas metade do prazo<sup>15</sup>, após o último ato ou termo daquela demanda<sup>16</sup>. De efeito, considerando que o Decreto nº 20.910/32 não trata de matéria especificamente previdenciária, penso que a sua aplicação é altamente questionável. Considerando a autonomia do Direito Previdenciário, pelo menos desde

<sup>14</sup> TRF4, AC 0018008-32.2012.404.9999, Paulo Paim da Silva, 6 Tª, D.E. 05/02/2013.

<sup>15</sup> “Art. 9º A prescrição interrompida recomeça a correr, pela metade do prazo, da data do ato que a interrompeu ou do último ato ou termo do respectivo processo.”

<sup>16</sup> TRF4, AC 5003793-68.2010.404.7110, Celso Kipper, 6 Tª, D.E. 17/10/2012.

a edição da Lei nº 3.807/60, o referido decreto não desfruta de um *status* de lei especial quando está em jogo a análise dos efeitos da demora do beneficiário do regime geral em acionar a autarquia previdenciária. Em verdade, a Lei nº 8.213/91, sucessora da LOPS, não trata especificamente de tais hipóteses e tampouco disciplina o contencioso administrativo. Disso resulta a atribuição ao intérprete da responsabilidade para eleger dentre o regramento previsto no parágrafo único do art. 202 do CC (devolução do prazo integralmente) ou o estipulado no art. 9º do Decreto nº 20.910/32 (devolução apenas da metade).

No caso do ajuizamento de ação, embora seja a citação o fato que interrompe a prescrição, a interrupção retroage à data da propositura da ação, nos termos do §1º do art. 219 do CPC. Considerando que o art. 230 do Código Civil estabelece que a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região vem entendendo que o ajuizamento de ação civil pública, em matéria de interesse dos segurados da Previdência Social, implica a interrupção da prescrição para todos os beneficiários<sup>17</sup>.

### 3.3 *Termo inicial da prescrição*

Quanto ao termo inicial, como já destacado, tem-se que, como regra: “A prescrição quinquenal deve ser contada retroativamente à data do ajuizamento da demanda (art. 219, § 1º, do CPC)”<sup>18</sup>. Porém, tratando-se

<sup>17</sup> PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO. ACP. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. RETROAÇÃO DA DIP À DER. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. BENEFÍCIO REVISADO APÓS LIMINAR DEFERIDA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. O ajuizamento de Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, em defesa dos segurados da Previdência Social, implica a interrupção da prescrição, porquanto efetivada a citação válida do réu naqueles autos, consoante a disposição do art. 219, caput, do CPC, retroagindo a interrupção da prescrição à data da propositura da ação (§ 1º do art. 219). Ressalto, ainda, que o art. 230 do novo Código Civil estabelece que a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado. A parte autora faz jus à revisão do benefício a contar da data do requerimento administrativo quando, do exame dos autos, verifica-se que naquela ocasião já havia elementos para constatar o desempenho de atividades urbanas, rurais, e a alegada especialidade das atividades desempenhadas, embora tenha sido indeferido. (TRF4, APELREEX 5000130-95.2011.404.7201, Sexta Turma, Relatora p/ Acórdão Vivian Josete Pantaleão Caminha, D.E. 18/05/2012).

<sup>18</sup> TRF4, AC 97.04.39519-1/RS, Nylson Paim de Abreu, 6ª T., u., 17.3.98.

desmembramento do feito, “considera-se para a aplicação da prescrição quinquenal a data de ajuizamento do processo originário”<sup>19</sup>.

### *3.4 Momento para alegação da prescrição e decretação de ofício*

Até 2006, era bastante controversa a questão do momento próprio para alegar-se a prescrição. O TRF da 4ª Região chegou a editar a Súmula nº 27: “A prescrição não pode ser acolhida no curso do processo de execução, salvo se superveniente à sentença proferida no processo de conhecimento.” A legislação processual civil pátria impedia, em se tratando de direitos patrimoniais (artigo 219, § 5º do Código de Processo Civil), o exame da questão da prescrição sem que houvesse manifestação do litigante. No entanto, a matéria passou a prescindir de maiores digressões com o advento da Lei nº 11.280/06, que além de revogar o artigo 194 do Novo Código Civil, deu nova redação ao § 5º do artigo 219 do CPC, que assim passou a versar: “O juiz pronunciará, de ofício a prescrição”.

## **4 A DECADÊNCIA NO DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

A instituição de um prazo decadencial é uma inovação levada a efeito na nona reedição da MP nº 1.523, de 27 de junho de 1997, posteriormente convertida na Lei nº 9.528/97. Ela foi efetivada com uma finalidade específica: obstar a possibilidade de revisar os critérios constantes do cálculo da renda mensal inicial dos benefícios previdenciários, inclusive dos decorrentes de acidente do trabalho. A citada medida provisória, alterando a redação do art. 103 passou a dispor:

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

<sup>19</sup> TRF4, AC 2000.04.01.001393-3/SC, Tadaaqui Hirose, 5ª T., u., DJ 3.5.00.

Parágrafo único. Prescreve em cinco anos, a contar da data em que deveriam ter sido pagas, toda e qualquer ação para haver prestações vencidas ou quaisquer restituições ou diferenças devidas pela Previdência Social, salvo o direito dos menores, incapazes e ausentes, na forma do Código Civil.

A MP nº 1.663-15 reduziu o prazo decadencial para cinco anos, sendo convertida na Lei nº 9.711, de 20.11.1998. Ainda que se admita não ter havido vício nesse processo<sup>20</sup>, deve ser ponderado que o termo inicial do prazo decadencial previsto no art. 103 não é deflagrado a partir da DIB (data de início do benefício), mas começa a ser computado “a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação”, razão pela qual, o prazo seria sempre maior do que cinco ou dez anos. Considerando que os benefícios deveriam ter sido pagos até o décimo dia útil de cada mês, um benefício concedido depois de 22/10/98, cujo pagamento foi efetuado em novembro de 2008, o termo inicial da decadência seria 01 de dezembro de 2008. Assim, em face da edição da MP nº 103, de 19 de novembro de 2003, o prazo de 05 anos não se consumou. De todo o modo, em uma interpretação orientada pelos princípios da isonomia e da segurança jurídica, ainda mais considerando a desinformação generalizada que grassa entre os segurados da previdência social, o mais razoável é considerar que o prazo, desde a sua instituição, deve ser sempre de 10 anos. Nesse sentido, cabe destacar a interpretação construída no Incidente de Uniformização da Turma Regional dos Juizados Especiais da 4ª Região nº 0000683-58.2008.404.7162/RS.

Como é normal em uma democracia, sensível a pleitos oriundos de associações que representam os interesses dos trabalhadores e dos aposentados, o Poder Executivo aceitou ampliar novamente o

<sup>20</sup> Malgrado a redução do prazo de 10 para 5 anos fosse prevista inicialmente pela MP nº 1663-15, em 22/10/1998, tendo em vista o disposto no art. 30 da Lei nº 9.711/98, tem sido defendido o entendimento de que a décima quinta edição da Medida Provisória não foi convalidada pela Lei nº 9.711/98. A Lei nº 9.711/98 convalida os atos praticados com base na MP nº 1663-14, de 24/09/1998. Dentro dessa linha de raciocínio, a redução teria vigência a contar de 21 de novembro de 1998.

prazo<sup>21</sup>. Assim, o prazo de 10 anos foi reestabelecido na redação do artigo 103 da LBPS, adequação efetuada pela Medida Provisória nº 138, de 19.11.2003, convertida na Lei nº 10.839/04.

Em consonância com a nova regra, no caso de o valor da aposentadoria do segurado ter sido calculado de forma equivocada, após o transcurso do prazo de 10 anos (prazo decadencial inicialmente previsto), o erro tornar-se-ia definitivo. Anteriormente, era possível sanar o vício a qualquer tempo; todavia, as diferenças devidas relativas a competências anteriores ao quinquênio legal não poderiam ser cobradas por conta dos efeitos da prescrição.

Em um primeiro exame, poderíamos ficar tentados a enxergar um prazo prescricional, no *caput* do art. 103, como faz boa parte de nossa

<sup>21</sup> Sobre o impacto da mudança na vida dos beneficiários, destaque-se o seguinte excerto da exposição de motivos da MP nº 138/03: “No entanto, houve excesso por parte do legislador, ao unificar os prazos dos institutos da decadência e da prescrição. No atual momento, o problema se acentua, em face da proximidade do vencimento do prazo decadencial ora em vigor que tem levado milhares de cidadãos a procurar as agências da Previdência Social e órgãos do Poder Judiciário, notadamente dos Juizados Especiais Federais. Há, por parte da sociedade em geral, em todo o país, clamor quanto aos efeitos que decorrerão da manutenção do prazo decadencial ora previsto, que atingiria milhares de cidadãos, os quais, por não terem oportunamente exercido seu direito de pleitear a revisão, por desconhecimento ou falta de acesso à Justiça e à Previdência seriam impedidos de fazê-lo posteriormente. Agrava o fato a circunstância de que em algumas localidades importantes, como é o caso do Estado do Rio de Janeiro, o último dia do prazo que vinha sendo noticiado pelos meios de comunicação será feriado local (dia 20 de novembro). Cumpre, todavia, esclarecer que o prazo decadencial, nos termos do próprio artigo 103 da Lei nº 8.213, de 1991, não se completa, para todos os segurados, em 20 de novembro de 2003, mas em cinco anos a contar da data em que o segurado tomou conhecimento de decisão indeferitória definitiva, no âmbito administrativo, ou a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. Vale dizer, portanto, que para a esmagadora maioria, o termo final se daria, mantida a atual legislação, a partir de 1º de dezembro de 2003, como já tem alertado o próprio Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, aos segurados. Há que se registrar, contudo, que as inúmeras modificações ocorridas ao longo dos últimos anos na legislação previdenciária têm exigido grande esforço do Poder Judiciário e dos próprios segurados, no sentido de aquilatar a extensão de seus eventuais direitos. Tal situação tem gerado muitas demandas, as quais, na vigência do atual prazo, tendem a multiplicar – pela simples pressão de que haveria uma decadência do direito de revisão – a formulação

doutrina<sup>22</sup>, porquanto o segurado descontente com a sua renda mensal inicial buscaria, mediante uma ação condenatória, receber as diferenças decorrentes, por exemplo, da utilização de um salário-de-contribuição inferior ao correto. A título ilustrativo, cite-se a tão debatida questão da não inclusão do IRSM no salário-de-contribuição de fevereiro de 1994, pelo índice de 39,67% (Súmula nº 19 da TNU)<sup>23</sup>. Mas não esqueçamos que o desiderato do segurado é modificar a situação jurídica, porquanto a mutação do ato administrativo de concessão é indispensável para viabilizar o reconhecimento de eventuais diferenças.

Todo texto jurídico configura um fragmento de linguagem que demanda interpretação, bem como o termo interpretação é empregado aqui para se referir à atribuição de um significado a uma formulação interpretativa, independentemente da existência de dúvidas sobre a sua formulação<sup>24</sup>. As pessoas sempre buscam compreender o mundo a partir daquilo que já é conhecido. Porém, isso não quer dizer que não possamos descobrir, através de estudos mais aprofundados, realidades novas que não se ajustam com facilidade nos conceitos já internalizados, ou que, especificamente no direito, o legislador não possa criar novos institutos jurídicos, desde que sejam respeitados os princípios e regras constitucionais.

---

de pedidos no exíguo prazo que estaria por findar. Ademais, é importante registrar que há, no âmbito do próprio Congresso Nacional, debates em torno da adequação da atual legislação, tramitando diversas proposições que visam rever a extensão do instituto da decadência no direito previdenciário, em favor, por exemplo, da extensão da garantia inserta no art. 5º, XXXV da Constituição Federal.”

<sup>22</sup> IBRAHIM, Fábio Zambitte. Decadência e prescrição no direito previdenciário. In: TAVARES, Marcelo Leonardo (Coord.). *Direito Previdenciário* (Série Direito em foco). Niterói/RJ: Impetus, 2005, p.125-148.

<sup>23</sup> Súmula nº 19 da TNU - “Para o cálculo da renda mensal inicial do benefício previdenciário, deve ser considerada, na atualização dos salários de contribuição anteriores a março de 1994, a variação integral do IRSM de fevereiro de 1994, na ordem de 39,67% (art. 21, § 1º, da Lei nº 8.880/94)”.

<sup>24</sup> GUASTINI, Riccardo. *Estudios sobre la interpretación jurídica*. Tradução de Marina Gascón y Miguel Carbonel. Ciudad de México: UNAM, 1999, p. 6.

Consoante já esclarecido alhures, em alguns casos, o exercício de um direito prestacional exige o prévio reconhecimento de um direito potestativo. O pagamento das diferenças decorrentes de um benefício concedido com valor inferior ao devido só pode ocorrer depois de ser admitido, pela via de uma ação judicial, que o ato administrativo de concessão do benefício deve ser alterado, o que denota a necessidade de ser empregada uma ação constitutiva, na medida em que será essencial a modificação de um estado jurídico anterior.

Como anota Almiro Couto e Silva, há situações em que a lei, cumpridos certos requisitos, ou mesmo o simples ato administrativo, colocam os particulares em posição jurídica de poder criar, modificar ou extinguir uma relação jurídica de direito administrativo, através da manifestação de declaração unilateral de vontade, essencial para que os atos possam adquirir eficácia. No exemplo sugerido, o prejuízo alegado pelo segurado resultou de uma interpretação administrativa da legislação vigente, no momento da concessão, materializada no procedimento administrativo que culminou no deferimento da prestação previdenciária. Especificamente, a controvérsia gravita sobre o procedimento de cálculo, pois para apurar qual o valor do benefício a ser pago, é necessária uma avaliação a respeito do atendimento às condições exigidas para a aposentação do trabalhador. Por conseguinte, a principal pretensão do segurado é a modificação parcial deste ato administrativo, do que irá resultar o direito à percepção de valores.

Tais direitos subjetivos, como o de aposentar-se ou de exonerar-se do serviço público, seriam direitos subjetivos da classe dos direitos formativos<sup>25</sup>. A concessão de um benefício previdenciário, não resta dúvida, é um ato administrativo vinculado, o qual resulta de um procedimento instaurado mediante a provocação do beneficiário. No caso de aposentadorias espontâneas, a Administração Previdenciária não pode satisfazer o interesse do segurado, deferindo-lhe a prestação cabível, sem que tenha havido solicitação do interessado, situação que difere da mera aplicação

<sup>25</sup> SILVA, Almiro do Couto e. Atos Jurídicos de Direito Administrativo praticados por particulares e direitos formativos. *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio grande do Sul*, nº 9, 1968, p. 20.

dos reajustamentos, quando o INSS deve atuar de ofício, cumprindo o previsto no art. 41-A da LBPS.

E como fica a situação dos benefícios concedidos antes da introdução do instituto da decadência de revisão da renda mensal inicial? Não resta dúvida que se trata de mais um caso difícil em matéria previdenciária. Partindo do critério *tempus regit actum*, no sentido de que a lei não pode retroagir para afetar situações jurídicas já perfeitamente definidas, e considerando que inegavelmente a decadência é um instituto de direito material, e, ainda, o caráter social das prestações previdenciárias, a jurisprudência, inclusive do STJ, havia consagrado o entendimento que o prazo decadencial criado pela Lei nº 9.528/97, não se aplicava a benefícios concedidos antes de sua entrada em vigor<sup>26</sup>.

A matéria previdenciária, no seio do STJ, era atribuída para as Turmas que compunham a 3ª Seção do STJ até o advento da Emenda Regimental nº 14, de 05 de dezembro de 2011. Com a mudança regimental, a 1ª Seção do STJ, que passou a julgar as demandas previdenciárias, reformulou a orientação da Corte Especial, ao argumento de que o posicionamento era incompatível com o entendimento do STJ sobre a interpretação do direito intertemporal em casos semelhantes, tomando por base os fundamentos que conduziram a corte especial a apreciar o instituto do art. 54 da Lei nº 9.784/99. Levando em consideração os argumentos

---

<sup>26</sup> PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONSTATADA. DECISÃO *ULTRA PETITA*. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. PRAZO. TERMO INICIAL. ART. 103 DA LEI 8.213/91 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES. BENEFÍCIO CONCEDIDO ANTES DA SUA VIGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RETROAÇÃO. PRECEDENTES EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS COM ATRIBUIÇÃO DE EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Constitui julgamento *ultra petita* a decisão que inclui na condenação do INSS verbas não expressamente deduzidas pelo autor em sua petição inicial. Inteligência do art. 460 do CPC. 2. O prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei 8.213/91, e suas posteriores alterações, não pode retroagir para alcançar situações pretéritas, atingindo benefícios regularmente concedidos antes da sua vigência. Precedentes. 3. Embargos de declaração acolhidos, com atribuição de efeitos infringentes, para dar parcial provimento ao recurso especial. (STJ, EDRESP nº 527331, Arnaldo Esteves Lima, 5ª T, DJE 23.06.2008).



de que inexistia direito adquirido a regime jurídico, bem como não seria adequado blindar os benefícios concedidos anteriormente ao advento da MP nº 1523/97, sob pena de afrontar-se o princípio da isonomia, a nova solução foi aplicar o prazo decadencial da lei nova, para a revisão da RMI dos benefícios já concedidos, a contar do termo inicial previsto pela lei superveniente. Registre-se, por oportuno, que o art. 103, *caput*, previu como termo inicial o dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando fosse o caso, o dia em que o beneficiário tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo<sup>27</sup>. Considerando a importância do tema, a questão acabou tendo a repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 626.489. É possível que o STF entenda que a lei instituidora ou modificadora de prazo para a revisão de benefício previdenciário não afetaria os efeitos do ato de concessão. De efeito, no julgamento da Medida Cautelar 1715, o STF já entendeu que era possível a instituição de novos prazos prescricionais, pois os prazos são objeto de disposição infraconstitucional que não ofenderiam o inciso XXXVI do art. 5º da

<sup>27</sup> PREVIDÊNCIA SOCIAL. REVISÃO DO ATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA. PRAZO. ART. 103 DA LEI 8.213/91. BENEFÍCIOS ANTERIORES. DIREITO INTERTEMPORAL. 1. Até o advento da MP 1.523-9/1997 (convertida na Lei 9.528/97), não havia previsão normativa de prazo de decadência do direito ou da ação de revisão do ato concessivo de benefício previdenciário. Todavia, com a nova redação, dada pela referida Medida Provisória, ao art. 103 da Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios da Previdência Social), ficou estabelecido que “É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo”. 2. Essa disposição normativa não pode ter eficácia retroativa para incidir sobre o tempo transcorrido antes de sua vigência. Assim, relativamente aos benefícios anteriormente concedidos, o termo inicial do prazo de decadência do direito ou da ação visando à sua revisão tem como termo inicial a data em que entrou em vigor a norma fixando o referido prazo decenal (28/06/1997). Precedentes da Corte Especial em situação análoga (v.g.: MS 9.112/DF Min. Eliana Calmon, DJ 14/11/2005; MS 9.115, Min. César Rocha (DJ de 07/08/06, MS 11123, Min. Gilson Dipp, DJ de 05/02/07, MS 9092, Min. Paulo Gallotti, DJ de 06/09/06, MS (AgRg) 9034, Min. Félix Fischer, DL 28/08/06). 3. Recurso especial provido. (STJ, RESP nº 1.303.988, Teori Albino Zavascki, 1ª S, DJe 21.03.12).

CF/88<sup>28</sup>. Por tais motivos, é essencial que sejam efetuadas as distinções necessárias para que os beneficiários da previdência social não sejam ainda mais prejudicados.

#### *4.1 Interrupção e suspensão do prazo de decadência*

O art. 103, modificado pela MP nº 1523, introduziu uma hipótese de interrupção no prazo decadencial. De efeito, em que pese tal situação não fosse própria do instituto da decadência no direito privado, os institutos do direito também evoluem e a redação do *caput* do art. 103 não deixa dúvida quanto a isto: “É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.”

Como se verifica por uma simples leitura do enunciado transcrito, se o segurado formalizar um pedido de revisão na esfera administrativa, este pedido naturalmente provocaria a necessidade de um exame por parte da previdência. Sendo rejeitado o pedido, o prazo decadencial é devolvido na sua integralidade, tendo por termo inicial o dia em que o beneficiário tomar ciência da decisão indeferitória definitiva. Eis o primeiro elemento a denotar a singularidade do instituto. A possibilidade de interrupção da decadência nessa situação é confirmada pela jurisprudência da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região<sup>29</sup>. Por oportuno, cabe pontuar

<sup>28</sup> STF, MC na ADI 1715/DF, Maurício Corrêa, Pleno, DJ 30.04.04.

<sup>29</sup> INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO REGIONAL. ART. 103 DA LEI Nº 8.213/91. PRAZO DECADENCIAL. INÍCIO. DIA POSTERIOR AO RECEBIMENTO DA PRIMEIRA PRESTAÇÃO OU O DIA EM QUE O SEGURADO TIVER CIÊNCIA DO INDEFERIMENTO DE SEU PEDIDO DE REVISÃO. 1. O prazo previsto no artigo 103 da Lei 8.213/91 é decadencial, começando a fluir do primeiro dia posterior ao do recebimento da primeira prestação do benefício, ou, quando for o caso, no dia em que o segurado tiver ciência da decisão administrativa que indeferiu seu pedido de revisão, devendo ser observado esse segundo marco nos casos em que houver pedido administrativo de revisão do benefício. 2. Incidente de Uniformização parcialmente provido. (IUJEF 0004324-07.2010.404.7252, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva, D.E. 14/08/2012)

que o novo Código Civil, conquanto não preveja hipóteses, refere que, quando a lei for expressa, é admissível a interrupção e suspensão da prescrição<sup>30</sup>.

Outra situação interessante de ser lembrada são as hipóteses em que o trabalhador recebeu valores inferiores aos que seriam devidos, tendo o prejuízo repercutido no cálculo de sua aposentadoria. Entretanto, o INSS só vai processar o pedido após o trânsito em julgado da reclamatória trabalhista, a homologação do cálculo e o recolhimento das contribuições devidas pelo empregador. Mesmo depois do recebimento, o trabalhador ainda pode ter sérias dificuldades, pois o recolhimento pode ter sido feito em uma única guia, sem que sejam discriminadas as parcelas devidas em cada competência, dificultando o recálculo do benefício. Mas naquilo que nos interessa, mesmo com relação à prescrição, a teoria tradicional do direito civil não pensava na possibilidade de que o ajuizamento de uma ação operasse a interrupção da prescrição em desfavor de quem não é parte na ação trabalhista.

Se o cidadão não pode efetuar o seu pedido de revisão enquanto não for dirimida a questão trabalhista na Justiça Laboral, e se o pedido de revisão é capaz de interromper o particular prazo decadencial, o TRF da 4ª Região vem entendendo que não seria razoável declarar a decadência do direito de revisão da aposentadoria. Nesse caso o segurado seria penalizado, não pela sua inércia, mas pela demora do próprio Estado<sup>31</sup>. Não resta dúvida que se trata de um instituto verdadeiramente *sui generis*.

Com a transformação do art. 103, tornou-se necessário reinterpretar o art. 79 da Lei de Benefícios. Considerava-se, com base na doutrina tradicional do Direito Civil, que os prazos decadenciais tinham natureza de direito material e por isso não estariam submetidos a prazos de suspensão ou interrupção. Dizia-se que eram peremptórios, prevalecendo ainda contra incapazes. Se houvesse dois ou mais decadenciantes, o prazo era um só para todos<sup>32</sup>. No Direito Previdenciário, não havia maiores

<sup>30</sup> Art. 207 do Código Civil - “Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.”

<sup>31</sup> TRF4, AC 5013389-44.2012.404.7001, 6ª T., Rel. Celso Kipper, D.E. 22/11/2012.

<sup>32</sup> CAHALI, Yussef Said, *Prescrição e decadência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p 186.

problemas enquanto o termo inicial do benefício de pensão era a data do óbito. Entretanto, a partir da mudança efetuada no artigo 74 - pela MP nº 1596-14, convertida na Lei n.º 9.528/97 – o termo inicial do benefício passou a ser o óbito apenas quando o requerimento ocorresse até 30 dias desta data. Não era razoável que, na maior parte das vezes, por falta de informação sobre os seus direitos, a demora no requerimento do benefício por menores absolutamente incapazes acarretasse prejuízos definitivos. Por isso, mesmo antes do novo Código Civil já se reconhecia que o prazo decadencial não poderia correr contra absolutamente incapazes. Assim, o enunciado normativo do art. 79 da Lei nº 8.213/91 também impede o curso dos prazos de decadência para pensionista menor, incapaz ou ausente. Como é cediço, a suspensão ou impedimento do curso dos prazos em favor de um dos credores solidários, só aproveita aos outros se a obrigação for indivisível. Dessa forma, quando o benefício previdenciário de pensão for devido para vários titulares, tendo em vista a divisibilidade do benefício em cotas, em face do enunciado normativo do art. 77 da LBPS, entende-se que apenas as cotas devidas aos incapazes seriam preservadas.

Oportuno trazer, ainda, o entendimento do TRF da 4ª Região relativamente aos efeitos da MP nº 201, de 23/07/2004, posteriormente convertida na Lei nº 10.999/2004. Tradicionalmente, o instituto da decadência não poderia ser suspenso ou interrompido. Entretanto, a inovação legislativa que determinou a recomposição do prejuízo relativo à incidência do IRSM de fevereiro/1994 sobre os salários-de-contribuição, possibilitou uma nova oportunidade de revisão para os segurados, cujo prazo é contado a partir do reconhecimento do direito por meio da Lei nº 10.999, de 15/12/2004, que autorizou a referida revisão<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DO BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. IRSM DE FEVEREIRO DE 1994. 1. A decadência do direito à revisão dos benefícios concedidos com data de início posterior a fevereiro de 1994, mediante a aplicação do IRSM de 02/94 no percentual de 39,67%, somente poderá ser contada a partir do reconhecimento do direito por meio da Lei 10.999, de 15/12/2004, que autorizou a revisão. 2. Na atualização dos salários-de-contribuição integrantes do PBC nos benefícios concedidos a partir de 1º de março de 1994, deve incidir, antes da conversão em URV, o IRSM de fevereiro de 1994 (39,67%), consoante preconizado pelo art. 21, § 1º, da Lei 8880/94. (TRF4, AC 0001823-79.2013.404.9999, Quinta Turma, Relator Ricardo Teixeira do Valle Pereira, D.E. 12/04/2013).

Cabe ressaltar que o próprio INSS não aplica o prazo decadencial para revisões determinadas em dispositivos legais, ainda que após o prazo de 10 anos (art. 441 da IN nº 45/10) <sup>34</sup>.

#### *4.2 A impossibilidade de aplicação do prazo de decadência para as hipóteses de indeferimento dos pedidos de benefício previdenciário*

Recentemente, a Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais editou a Súmula nº 64, como seguinte teor: “O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos.”

Embora reconhecendo que a redação do artigo 103 trataria, em princípio, apenas de prazo para a revisão do ato de concessão do benefício, a TNU considerou possível ampliar o seu alcance para atingir também os casos de indeferimento. O argumento utilizado foi no sentido de que o enunciado normativo contempla dois marcos de início do prazo decadencial: 1) a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou 2) do dia em que o segurado toma conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. De acordo com o raciocínio articulado, entender que ele seria aplicável somente nos casos de deferimento, tornaria inócua a parte final do dispositivo.

É claro que, em um problema jurídico, diferentes decisões podem ser construídas com uma fundamentação racional convincente. Entretanto, a Súmula nº 64 não consolidou a melhor interpretação, pois operou uma interpretação extensiva de norma restritiva de direitos fundamentais sociais. A exegese de qualquer texto reclama o cotejo com um contexto determinado. No caso de interpretação jurídica, o contexto é consubstanciado ao menos, pelos demais enunciados normativos do diploma legal objeto da interpretação, bem como pelos princípios jurídicos que imantam o sistema protetivo. Assim, o operador do direito, quando busca compreender a fundo um determinado fenômeno, deve promover sua investigação atento à realidade econômica e social que serve de lastro para

<sup>34</sup> Art 441, §2º, da IN nº 45/10 - “As revisões determinadas em dispositivos legais, salvo se houver revogação expressa, ainda que decorridos mais de dez anos da data em que deveriam ter sido pagas, deverão ser processadas, observando-se a prescrição quinquenal.”

o ordenamento jurídico considerado. A referida interpretação peca por não efetuar uma ponderação abrangente do sistema previdenciário. Pelo contrário, ela mostrou-se demasiadamente reducionista, considerando o art. 103, *caput*, como sendo uma mônada isolada independente de todo um contexto jurídico e social preexistente. Por oportuno, cabe destacar que na esfera administrativa, a interpretação do INSS relativamente ao instituto da decadência, previsto no *caput* do art. 103, é albergada nos artigos 441 e 445 da IN nº 45/10<sup>35 36</sup>. Consoante a avaliação da própria administração previdenciária, o segundo marco previsto na parte final do enunciado normativo em tela, restringe-se aos casos de pedido de revisão efetuado no âmbito administrativo (§º 1 do art. 441).

O mais grave, com a consolidação deste entendimento, é que a TNU promoveu a introdução, no Regime Geral de Previdência Social, da prescrição de fundo de direito, instituto particular do direito administrativo, o qual é incompatível com os princípios específicos do Direito Previdenciário.

Por se tratar do transplante de um instituto jurídico que não é próprio do Direito Previdenciário, torna-se necessário realizar uma pequena digressão sobre a sua aplicação no Direito Administrativo. A chamada

<sup>35</sup> Art. 441 da IN nº 45/20 – “É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva, no âmbito administrativo, levando-se em consideração: I - para os benefícios em manutenção em 28 de junho de 1997, data da publicação da MP nº 1523-9, de 1997, a partir de 1º de agosto de 1997, não importando a data de sua concessão; e II - para os benefícios concedidos com DIB, a partir de 28 de junho de 1997, a partir do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação. § 1º Em se tratando de pedido de revisão de benefícios com decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo, em que não houver a interposição de recurso, o prazo decadencial terá início no dia em que o requerente tomar conhecimento da referida decisão. § 2º As revisões determinadas em dispositivos legais, salvo se houver revogação expressa, ainda que decorridos mais de dez anos da data em que deveriam ter sido pagas, deverão ser processadas, observando-se a prescrição quinquenal.”

<sup>36</sup> Art. 445 da IN nº 45/10 – “A revisão para inclusão de novos períodos ou para fracionamento de períodos de trabalho não utilizados no órgão de destino da CTC poderá ser processada, a qualquer tempo, não se aplicando o prazo decadencial de que trata o art. 441.”

prescrição de fundo do direito ou prescrição administrativa foi consolidada na nossa tradição jurídica com o advento do Decreto nº 20.910/32 e as interpretações que foram realizadas pela comunidade jurídica sobre os artigos deste diploma legal.

Um dos nossos maiores juristas pátrios, Pontes de Miranda, referindo-se a este Decreto nº 20.910/32 e ao Decreto-Lei nº 4.597/42 (que também tratou da prescrição quinquenal contra a administração pública) aconselhava a não interpretá-los atribuindo mais do que eles diziam, tendo em vista o momento excepcional em que eles foram criados, debaixo de regimes ditatoriais<sup>37</sup>.

Progressivamente, foi sendo consolidada, na consciência da comunidade jurídica nacional – cogitando-se de direitos pessoais dos administrados – a necessidade de discernir entre os casos em que a Administração, por ato expresse, nega o direito reivindicado e a ação não é ajuizada, no prazo prescricional (o que desencadearia a temida prescrição de fundo de direito); e aqueles em que a prescrição incide apenas sobre as prestações anteriores ao quinquênio, quando não houve tal pronunciamento. Nessa linha, o Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o instituto, por diversas vezes reconheceu que ele não poderia revestir-se de caráter absoluto, como uma interpretação literal e apressada do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32 poderia indicar.

De efeito, no início da década de 1980, o STF, tendo em vista a particularidade de determinados direitos e ações, mesmo tratando-se da Fazenda Pública, manifestou-se que alguns deles não prescreveriam nunca, seja em virtude de sua natureza alimentar, ou por força de previsões legais específicas. Exemplificativamente, cabe apontar algumas

<sup>37</sup> “A legislação especial sobre dividas passivas da União, dos Estados Federados, dos Territórios e dos Municípios, bem como das autarquias e entidades ou órgãos paraestatais, ou sobre preclusão de direitos contra eles, consta do Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932, e do Decreto-Lei nº 4.547, de 19 de agosto de 1942. Quer ao tempo de um, quer ao tempo de outro, estava o Brasil sob regime ditatorial (1930-1939, 1937-1946), podendo ter sido feita legislação pior do que se fez, porém não devemos interpretar os dez artigos do Decreto nº 20.910 e os três artigos do Decreto-Lei nº 4.547, atribuindo lhes mais do que eles dizem, nem usando a meia-ciência e falta de terminologia que caracterizou a legislação, bronca e medíocre, daqueles dois momentos excepcionais, estranhos, na vida constitucional do Brasil.” (MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de. *Tratado de direito privado*, t. VI, 1955, p. 400).

destas decisões. No julgamento do Recurso Extraordinário nº 92.879-1/SP, a Corte Constitucional deliberou sobre a imprescritibilidade do direito decorrente de relação de emprego público. Entendeu ser possível ao funcionário público pleitear, a qualquer tempo, esse direito, restando prescritas, no prazo de cinco anos, apenas as respectivas prestações pecuniárias<sup>38</sup>. Também merece ser destacada a decisão proferida no Recurso Extraordinário nº 96.798-2/SP, igualmente versando sobre a relação funcional, mas que contribuiu para consolidar a noção de que a contagem do tempo de serviço, por tratar-se de um fato, seria imprescritível<sup>39</sup>. Esta decisão está em consonância, com outra de inestimável relevância, proferida anteriormente, no julgamento do RE nº 82.881-SP, no qual restou consolidado o entendimento de que o tempo de serviço deve ser reconhecido como um direito distinto da aposentadoria<sup>40</sup>. Por fim, registre-se a doutrina acolhida no julgamento do RE nº 105.605. Malgrado ela tenha sido de caráter restritiva, porquanto a Corte Suprema considerou que a regra do art. 57 da LOPS não seria aplicável à legislação acidentária, restou reconhecido que o dispositivo assegurava a imprescritibilidade do direito aos benefícios do regime geral<sup>41</sup>.

<sup>38</sup> FUNCIONÁRIO PÚBLICO - DIREITOS DERIVADOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO DE NATUREZA ESTATUTÁRIA - PRESCRIÇÃO. - A imprescritibilidade do direito decorrente da relação de emprego de natureza estatutária deve ser entendida no sentido de que o funcionário pode, a qualquer tempo, exigir esse direito, vez que compete à própria Administração aplicar a lei ao caso concreto. - Se o titular do direito subjetivo, entretanto, provoca, sem sucesso, a Administração, daí passa a fluir o prazo prescricional que, no caso sob exame, é de cinco anos. Recurso extraordinário conhecido e provido. (STF, RE 92879, Cunha Peixoto, 1 Tª, 26-09-1980).

<sup>39</sup> “(...) Se lei posterior a aposentadoria do servidor concede quinquênios aos em atividade com abrangência dos inativos e não fixa prazo para que seja a vantagem requerida, e não houve ato da Administração negando explícita ou implicitamente a concessão do quinquênio, o servidor só tem alcançada pela prescrição as gratificações anteriores a cinco anos do ajuizamento feito. Lei nº 677, de 1962, do Estado de São Paulo.” (STF, RE 96798, Aldir Passarinho, 2ª Turma, 13-05-1983).

<sup>40</sup> STF, RE nº 82.881-SP, Rel. Ministro Eloy Rocha, Pleno, j. 05.05.1976.

<sup>41</sup> ACIDENTE DO TRABALHO. PRESCRIÇÃO DA AÇÃO E NÃO SOMENTE DAS PRESTAÇÕES. ENTENDIMENTO DOS ARTIGOS 17 E 28 DA LEI N. 5316-67 E DO ART. 57 DA LEI ORGÂNICA DA PREVIDENCIA SOCIAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DE QUE SE CONHECE E A QUE SE DA PROVIMENTO, PARA JULGAR IMPROCEDENTE A AÇÃO. (STF, RE 105.605, 1ª Turma, 23.08.85).



De fato, examinando a evolução legislativa que o fenômeno da inércia do segurado vem recebendo, vamos perceber que a prescrição do fundo de direito era repelida desde a consolidação legislativa do sistema previdenciário brasileiro. Com a finalidade de ressaltar essa trajetória, voltemos os olhos para as disposições da Lei nº 3.807/60. Na redação original do art. 57 da LOPS constava: “Não prescreverá o direito ao benefício, mas prescreverão as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas”. Com o advento da Lei nº 5.890/73, inclusive, ficou explícito que, mesmo a perda da qualidade de segurado não poderia prejudicar o direito aos benefícios para os quais tenham sido preenchidos todos os requisitos<sup>42</sup>.

No sistema da Lei nº 8.213/91, facilmente, percebemos a manutenção da tradição protetiva. Enquanto a redação originária do art. 103 previa que, sem prejuízo do direito ao benefício, prescreveriam em cinco anos as prestações não reclamadas na época própria, o art. 102 resguardava o direito aos benefícios para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos mesmo no pior cenário possível, isto é, a perda da qualidade de segurado<sup>43</sup>.

Nessa trilha, o posicionamento da Turma Nacional de Uniformização ao promover a ampliação do alcance do enunciado normativo excepcional do art. 103 revela-se destoante do legado legislativo e hermenêutico próprio do direito previdenciário. Não é de hoje que a comunidade jurídica reconhece a autonomia didática e científica do Direito Previdenciário – dotado de princípios, conceitos e institutos próprios. Neste microsistema, não se reconhecia a prescrição do fundo de direito em matéria previdenciária. Se fizermos uma pesquisa sobre a concretização jurisprudencial das demandas previdenciárias, mesmo antes da criação

<sup>42</sup> Art. 57 da LOPS – “Não prescreverá o direito ao benefício, mas prescreverão as prestações respectivas não reclamadas no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data em que forem devidas. As aposentadorias e pensões para cuja concessão tenham sido preenchidos todos os requisitos não prescreverão mesmo após a perda da qualidade de segurado. (Redação dada pela Lei nº 5.890, de 8.6.1973)”.

<sup>43</sup> Art. 103 da Lei 8.213/91, redação original – “Sem prejuízo do direito ao benefício, prescreve em 5 (cinco) anos o direito às prestações não pagas nem reclamadas na época própria, resguardados os direitos dos menores dependentes, dos incapazes ou dos ausentes.”

dos Tribunais Regionais Federais, o direito aos benefícios previdenciários sempre foi reconhecido como imprescritível, entendimento que pode ser exemplificado pelas súmulas nº 163 do extinto TFR<sup>44</sup> e nº 85 do STJ<sup>45</sup> que, embora não tenham sido criadas especificamente para tratar de questões previdenciárias, costumavam ser invocadas de maneira padronizada como razões da decisão.

Com efeito, a prescrição de fundo de direito é um instituto jurídico particular do direito administrativo e a transposição ao direito previdenciário, sem a previsão expressa do legislador, contraria os princípios específicos tais como o princípio da proteção e o princípio do *in dubio pro misero*, que são reconhecidos pela doutrina e pela jurisprudência.

Se há um elemento novo que deve ser considerado nessa matéria é o advento da EC nº 20/98. Não se pode olvidar do impacto das transformações operadas pela referida Emenda Constitucional no sistema previdenciário brasileiro, em especial, a maior preocupação de dotar as prestações previdenciárias de um caráter contributivo. Pois bem, o §12 do art. 40 da CF/88 estabeleceu serem aplicáveis aos regimes próprios de previdência social as disposições do regime geral, naquilo que couber, e não o contrário. De fato, as disposições dos regimes próprios, ainda que essencialmente previdenciárias, muitas vezes contemplam certas particularidades que podem ser justificadas pela continuidade intrínseca da relação estatutária<sup>46</sup>. Assim, a transposição de um instituto restritivo próprio do Direito Administrativo também parece ser contrária aos contornos definidos pela Constituição Federal aos regimes previdenciários.

<sup>44</sup> Súmula nº 163 do TFR – “Nas relações jurídicas de trato sucessivo, em que a Fazenda Pública figure como devedora, somente prescrevem as prestações vencidas antes do quinquênio anterior a propositura da ação.”

<sup>45</sup> Súmula nº 85 do STJ – “Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.”

<sup>46</sup> Por exemplo, cite-se a ausência de período de graça, pois o servidor público estatutário desfruta de uma estabilidade que não existe para o trabalhador da iniciativa privada.

### *4.3 A decadência e os períodos de tempo de serviço não examinados pela administração*

Outro tema de enorme relevância prática, diz respeito à possibilidade de o segurado postular a revisão de benefício solicitando a inclusão de tempo de serviço ou de contribuição, ou, ainda, a contagem qualificada de período que foi considerado como tempo comum, quando o interregno poderia ser valorado como tempo especial. Se tais fatos não foram examinados pela administração, quando da concessão da prestação, seria possível demandar uma revisão do ato concessório depois de dez anos? Dentro de uma perspectiva mais conservadora, tratando-se de prestação deferida após o advento da MP nº 1.523-9, a revisão estaria interdita pela previsão do enunciado normativo do *caput* do art. 103 da LBPS, o qual se refere a todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício<sup>47</sup>.

Mais uma vez, vamos perceber que a premissa, ainda que implícita sobre a qual o raciocínio jurisprudencial vem sendo construído é o da aplicação do instituto da prescrição de fundo de direito, pertinente ao Direito Administrativo, com uma abrangência mais asfixiante. De fato, é paradoxal que a sua amplitude seja ainda mais corrosiva neste ramo protetivo do Direito. Sobre os limites da prescrição administrativa, convém recordar os pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal, começando pela Súmula nº 443. Nela, o entendimento era de que: “A prescrição das prestações anteriores ao período previsto em lei não ocorre, quando não tiver sido negado, antes daquele prazo, o próprio direito reclamado, ou a situação jurídica de que ele resulta”.

<sup>47</sup> PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE BENEFÍCIO. DECADÊNCIA. 1. A decadência do direito de revisar benefício previdenciário atinge qualquer situação que implique alteração do ato de concessão, tanto as revisões de matéria de direito, quando as revisões de matéria fática, ou mesmo as revisões reflexas decorrentes da revisão de benefício anterior. 2. Caso em que a parte autora busca revisão do benefício originário para que os reflexos sejam implementados na pensão por morte atualmente percebida. 3. Todavia, a pensão teve data de início há mais de dez anos do ajuizamento da ação, e em data posterior à edição da MP 1.523-9, de 27.06.1997, ocorrendo a decadência de revisar este benefício, restando prejudicado o pedido de revisão do benefício originário. 4. Decadência reconhecida, pedido improvido. (IUJEF 0008587-85.2010.404.7251, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 15/03/2012).

Melhor esclarecendo os limites da doutrina plasmados na referida súmula, no julgamento do RE nº 101.082, o STF espancou qualquer dúvida no sentido de, ausente decisão explícita ou implícita negando a pretensão, o que prescreve são as parcelas de trato sucessivo e não o fundo de direito.

O vínculo jurídico constituído sob a égide da relação jurídica de previdência social não é um fenômeno estático. Por isso, no curso do desenvolvimento da relação jurídica de previdência social, iniciada com a filiação, os mesmos fatos – associados a outros, também juridicamente destacados – são aptos a desencadear o direito de computar os períodos para fins de carência, ou o direito de ter o tempo laborado debaixo de condições especiais convertido, e, ainda, a expectativa de que, ao final, o segurado possa se aposentar mediante a soma de todos os períodos de filiação. Malgrado o tempo de serviço vá sendo incorporando progressivamente ao patrimônio do segurado ou servidor público, como direito adquirido, ele só pode produzir efeitos financeiros quando o beneficiário completar todos os requisitos para a obtenção de uma prestação.

Tendo em vista a distância que separa o início das atividades laborais na vida profissional de um indivíduo e o momento em que ele completa os requisitos para uma aposentadoria programável, a realidade é que, muitas vezes, acaba não sendo possível comprovar todos os vínculos previdenciários ou a efetiva situação na qual as atividades foram desenvolvidas. Por isso não há sentido em submetê-lo a prazos prescricionais ou decadenciais. Nessa toada, cabe destacar que o § 1º do art. 11 da CLT, o qual trata da prescrição do direito de ação decorrente das relações de trabalho, consagra que as ações destinadas à obtenção de anotações destinadas a fazer prova perante a previdência social são imprescritíveis.

Não é despidendo rememorar que o próprio INSS, reconhece a qualquer tempo, o direito que o segurado tem de averbar o tempo de serviço, mesmo quando a atividade não era de filiação obrigatória, como regra geral, mediante o recolhimento das contribuições<sup>48</sup>. Mesmo ultimada

<sup>48</sup> Art. 55, § 1º, da LBPS – “A averbação de tempo de serviço durante o qual o exercício da atividade não determinava filiação obrigatória ao anterior Regime de Previdência Social Urbana só será admitida mediante o recolhimento das contribuições correspondentes, conforme dispuser o Regulamento, observado o disposto no § 2º.”

a decadência do direito da fazenda de cobrar as contribuições devidas, ainda assim, pode haver a aceitação do período mediante a indenização conforme o art. 45-A da LCSS. Além disso, a IN nº 45/10, no seu art. 445, expressamente prevê que no caso de inclusão de novos períodos de trabalho não utilizados no órgão de destino da CTC, não se aplica o prazo decadencial.

Se o tempo de serviço configura um direito distinto da aposentadoria, a rejeição de um determinado período para fins de aposentação demanda manifestação expressa da administração. E se o segurado pretende incluir períodos sobre os quais não houve manifestação, ou não foi examinada, em cada situação, a correta qualificação previdenciária, não é adequado aplicar a prescrição administrativa. Não podemos olvidar que a Administração tinha o dever de orientar o segurado para que ele tivesse acesso ao benefício mais favorável – dever que resulta não apenas dos princípios da moralidade, da eficiência e da publicidade insculpidos no art. 37 da CF/88 – mas também da observância da legalidade, porquanto a orientação consta hoje do art. 621 da IN nº 45/10. Assim, não faz sentido imputar ao segurado os efeitos de falha que decorreu da atuação defeituosa da administração por uma interpretação extensiva do enunciado normativo do *caput* do art. 103 da LBPS.

#### 4.4 Decadência e desaposentação

A decisão proferida no AgRg nº 1.298.511, pelo STJ, entendeu que o comando legal do art. 103, *caput*, seria amplo para abranger, não apenas revisão de cálculo e de atos específicos intrínsecos ao ato de concessão, atingindo o próprio direito à renúncia do benefício<sup>49</sup>. Entendemos que as considerações lançadas anteriormente também são aptas a fundamentar a rejeição do enunciado normativo constante do art. 103 da LBPS, nas hipóteses nas quais os segurados postulam a desaposentação. Não se trata de ação destinada a revisar o antigo benefício. O cidadão almeja uma das seguintes situações jurídicas: a) uma nova aposentadoria com efeitos *ex nunc*, mediante a renúncia ao benefício antigo e o aproveitamento do tempo de serviço ou de contribuição que foi considerado no benefício

<sup>49</sup> STJ, RESP nº 1.303.988, Teori Albino Zavascki, 1ª S, DJe 21.03.12.

antigo; ou b) uma certidão de tempo de contribuição para ser utilizada em outro regime previdenciário. Por isso, nas lides que versam sobre a desaposentação, não seria pertinente invocar a regra restritiva do art. 103 da LBPS para obstar o exame dos pedidos. Assim, pensamos que a melhor interpretação, alinhada com os princípios e objetivos que regem o direito previdenciário era aquela sufragada pelos Tribunais Regionais Federais das cinco Regiões, a qual rechaçava a aplicação da decadência em tais situações<sup>50</sup>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Estado Democrático de Direito, a jurisprudência cada vez mais se afirma como fonte formal do direito. Apreciando demandas concretas, o Poder Judiciário não se limita, nas suas decisões, a retirar do ordenamento jurídico as leis consideradas inconstitucionais. As decisões podem ampliar o alcance normativo de textos legislativos, substituir a disposição inválida por outra, atualizar o sentido de uma disposição cujo significado original não é mais adequado, ou mesmo inovar no ordenamento jurídico.

Sem a pretensão de esgotar a problemática que a introdução do instituto da decadência do direito de revisar a renda mensal inicial provocou, confia-se que o presente artigo possa dar uma contribuição, ainda que singela, ao debate. Cada enunciado normativo só revela o seu verdadeiro sentido quando o operador do direito dialoga com todo o ordenamento jurídico previdenciário. Do ponto de vista hermenêutico, vale lembrar que, cogitando-se da interpretação de regras excepcionais, não parece adequado aplicar a analogia ou a interpretação extensiva. Por tais motivos, sustentou-se que não é adequado invocar o *caput* do art. 103 da Lei nº 8.213/91 para obstar o exame das ações que: a) buscam a concessão de benefícios previdenciários e de assistência social; b) postulam a in-

<sup>50</sup> TRF 1ª Região, AC 0001333-51.2008.4.01.3812/MG, ÂNGELA CATÃO, PRIMEIRA TURMA, e-DJF1 23/03/2012. TRF 2ª Região, APELREEX 533508, processo 2010.51.02.000882-2/RJ, 2ªT., E-DJF2R, 09/04/2012. TRF 3ª Região, DÉCIMA TURMA, AC 0006436-79.2010.4.03.6183, SERGIO NASCIMENTO, DJF3 19/09/2012. TRF4, AC 5000251-62.2012.404.7113, Quinta Turma, Roger Raupp Rios, D.E. 14/09/2012. TRF 5ª Região. PROCESSO: 00034171020114058500, APELREEX20769/SE, JOSÉ MARIA LUCENA, Primeira Turma, DJE 26/04/2012.

clusão ou modificação da qualificação do tempo de serviço; e c) as que pleiteiam a desaposentação.

Admitir a aplicação da decadência em tais casos representaria ampliar o alcance de preceito excepcional – em um ramo do direito que não conhecia o instituto da prescrição de fundo de direito – contrariando o espírito hermenêutico que emerge dos princípios específicos que pavimentam o ordenamento jurídico previdenciário.

## REFERÊNCIAS DAS OBRAS CITADAS

AMARAL, Francisco. *Direito Civil*: introdução. 5 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

AMORIM FILHO, Agnelo. *Critério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis*. Revista Forense, Rio de Janeiro, n. 193, 1961.

CAHALI, Yussef Said. *Prescrição e decadência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. A interpretação do direito da segurança social. In: ROCHA, Daniel Machado; SAVARIS, José Antonio (Coords.). *Curso de Especialização em Direito Previdenciário*. v. 01. Curitiba: Juruá, 2006.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. Tradução de Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FIUZA, César. *Direito civil*: curso completo. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

GUASTINI, Riccardo. *Estudios sobre la interpretación jurídica*. Tradução de Marina Gascón y Miguel Carbonel. Ciudad de México: UNAM, 1999.

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Decadência e prescrição no direito previdenciário. In: TAVARES, Marcelo Leonardo (Coord.). *Direito Previdenciário* (Série Direito em foco). Niterói/RJ: Impetus, 2005.

LEAL, Antonio Luis da Câmara. *Da prescrição e da decadência*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

MIRANDA, Francisco Cavalcante Pontes de. *Tratado de direito privado*. t. VI, 1955.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Comentários à lei orgânica da previdência social*. Rio de Janeiro: José Konfino, 1967.

SILVA, Almiro do Couto e. Atos Jurídicos de Direito Administrativo praticados por particulares e direitos formativos. *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio grande do Sul*, nº 9, 1968.